



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul
COMITE DE INVESTIMENTOS - FAPS

COMITE DE INVESTIMENTOS DO FAPS

ATA Nº. 05/ 2015

Aos seis (06) dias do mês de agosto de 2015 (dois mil e quinze) às dezessete horas e dez minutos na sala onde funciona as dependências da Fiscalização da Receita Municipal no prédio do Centro Administrativo Municipal, situado na Avenida Rio Branco, nº 261, nesta cidade de Encruzilhada do Sul em reunião marcada pelo senhor Presidente do Comitê de Investimentos, criado pelo Decreto numero três mil cento e oitenta e um de quinze de outubro de dois mil e doze e designados pela Portaria numero nove mil cento e vinte e um de onze de outubro de dois mil e doze e de acordo com o artigo 2º, inciso IV do regimento interno do referido comitê por convocação de seu presidente, reuniram-se com o objetivo de apresentar o relatório de gestão relativo ao primeiro e segundo trimestre do ano em curso e ainda a decisão sobre a aplicação em novos fundos que estavam sendo criados que tinham como objetivo buscar o IPCA + 6% . presentes o Presidente senhor José Carlos Henrique da Luz, os membros Rosa Amara Silveira e Milene Ulinoski Dylewski, aberta a sessão o senhor Presidente do Comitê disse que o ano estava cada vez mais desafiador em termos de meta atuarial, como o quadro político deteriorado e a atividade econômica retraída pela recessão e ainda inflação e juros altos, a situação em que os regimes próprios estavam até o primeiro trimestre havia uma diferença maior de meta atuarial em relação ao segundo trimestre, visto que a forte resistência do congresso frente as medidas de austeridade fiscal anunciadas pelo governo mesmo que não tivessem sido votadas ainda, estavam impactando negativamente no resultado das contas públicas, de outro lado, a previsão inflacionária que havia superado o teto da meta se alinhava cada vez mais com o apetite voraz da crise energética e o represamento de tarifas públicas e de combustíveis que já não mais poderiam continuar sendo evitadas acirravam também o agravamento da crise e a deterioração das relações entre o executivo e o legislativo federal com fortes repercussões , do lado econômico, vimos pouco a pouco a enxurrada da taxa selic ultrapassando o seu maior nível desde 2008, passando de dezembro 2014 de 11,75% a 14,25% em junho de 2015, a aceleração inflacionária também havia retornado a patamares visto antes em 16 anos se comparados somente o mês de junho, do lado do regime próprio o que se poderia vislumbrar em termos de crescimento vegetativo desse quadro estava praticamente comprometido, primeiro por que além da situação adversa em relação a meta atuarial, encontrava-se o fato de que as contribuições patronais estavam em atraso e isso também ajudava a impactar negativamente o atingimento da meta atuarial, a rentabilidade acumulada até o segundo trimestre dava conta que os rendimentos estavam com um ganho líquido de 5,15% frente a uma meta de 9,83% causando uma diferença de 4,40% que precisava ser recuperada, do ponto vista dos investimentos, analisando o quadro econômico em que estava passando o país o presidente frisou que a elevação do dólar tinha seus lados positivos como para as empresas exportadoras que poderiam melhorar suas fontes de receitas melhorarem, mas se olhássemos as empresas que haviam tomado recursos no exterior para pagar em dólar, havia uma conta bem avantajada

a ser paga e isso não era bom para economia como um todo, por que poderia haver mais recessão e mais desemprego, mas que com o ciclo de juros altos chegando ao seu patamar final de aumentos o segundo trimestre poderia apresentar-se bem mais vantajoso em termos de ganho nos rendimentos em títulos atrelados ao IPCA , expôs ainda de que maneira geral os recursos estavam assim concentrados 27,48% em ativos pré-fixados e 64,36% e os 8,16% estavam entre a renda variável e crédito privado, assim investimentos que tivessem por base ativos em IPCA IDKA 2ª, IMA B, IMA B 5, IRFM-1 e ainda o CDI, deveriam ganhar reforço a partir do segundo semestre com vistas a alcançar a meta atuarial, colocando ainda que haviam produtos no mercado que buscavam implementar fundos com ganhos acima do IPCA + 6% que estes estavam ideais no momento e que se o comitê aprovasse essa medida de buscar-se essas novas alternativas de ganho se alocaria recursos novos ou já existentes em busca dessa performance que procurava casar com as necessidades ora pretendidas pelo FAPS, iniciando –se a votação sobre as novas alocações , o Presidente expôs que se o mercado apontasse uma queda de juros maior do que a que tem sinalizado seria recomendado se fazer uma alocação de no máximo R\$ 1.000.000,00(um milhão de reais) para incorporar esse ganho, mas que com juros e inflação caindo para o próximo ano, mesmo com atividade econômica baixa, a possibilidade de ganhos de rentabilidade em fundos pré-fixados ou atrelados ao IMA B , IDKA e IMA B 5+ se mostravam mais eficientes, mas se houvesse crescimento de juros, inverter-se-ia esse sentido, o que foi concordado pelos membros presentes, Rosa Amara Silveira e Milene Ulinoski Dylewski. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão , lavrando-se a presente ata que foi então assinada pelos presentes, em Encruzilhada do Sul, 06 de agosto de 2015.